

O novo avanço da direita

O novo golpe, executado através do Ato nº 2, ainda está por se resolver. Promovido com grande alarde e no mais puro estilo militar, mas apenas timidamente aplicado, ele revela as contradições internas nas classes dominantes.

Na verdade, o Ato Institucional nº 2 foi uma vitória da chamada linha dura sobre o governo de Castelo. Infundada com os êxitos eleitorais e as novas perspectivas de sucessos da oposição burguesa, a direita aglutinou todas as forças dos descontentados com os rumos da situação e impôs a Costa e Silva, e até a Castelo, o pronunciamento militar-institucional. A linha dura teve força para impedir uma composição do governo com o PSD mas não para substituí-lo; o próprio Lacerda ficou marginal, e esvaziado com os acontecimentos, já que Castelo soube encampar - embora a contra-gosto - os projetos direitistas.

Dessa forma, já se recobra a luta interna. A posse dos eleitos, a manutenção do Ademar, a própria aplicação do 2º Ato, trazem novamente à tona as insatisfações da extrema-direita.

É que o governo assinou o Ato 2 porque teve de ceder às pressões militares, mas preferiu não aplicá-lo. Representando os interesses da grande burguesia em seu conjunto - e suas últimas mensagens financeiras projetando grande aumento nos investimentos estatais procura consagrar esses vínculos - ele preconiza um regime político mais estável com a integração das várias facções burguesas. Por isso assumiu o compromisso de empossar os eleitos, e a aproximação do dia da posse decidiu um novo choque das tendências. O regime preconizado por Castelo não pode marginalizar a oposição burguesa; ele pretende usar a força para reprimir a esquerda e as manifestações autônomas do movimento de massa, mas ampliar-se politicamente nas classes dominantes e mesmo num movimento sindical enquadrado no regime.

mas a aplicação dessa política frustra-se a cada momento porque a grande força da oposição burguesa ainda é representada pelo descentramento popular que ela capitaliza. Enquanto o governo não tem possibilidades de nova expansão dos negócios ele não pode dar-se ao luxo de permitir a presença, mesmo indireta, das massas no cenário político. A linha dura é, assim, útil à burguesia porque age como permanente ameaça ao movimento popular e permite enquadrá-lo mais facilmente. Por isso os conflitos que agora retornam entre a tendência castelista e a linha dura não visam - por parte do governo - a liquidação dos dissidentes direitistas, mas o seu enquadramento na nova ordem constitucional.

A constituição do governo forte da burguesia sobre o movimento de massa tem ainda que passar por uma série de atritos entre seus mentores e a direita militar ou fascista, por um lado, e as lideranças populistas da burguesia, por outro. E os enclaves de Castelo na verdade o enfraquecem; estreitam sua base política dentro da burguesia sem poder satisfazer a sanha da linha dura. As concessões amadurecem novas crises.

A própria lógica interna da direita leva a novas investidas. E se Castelo se mostrar impotente, para enquadrá-la, outros setores da burguesia terão de fazê-lo.

Mas é também para barrar essa investida que temos de nos preparar. Para a burguesia em geral e para o governo, trata-se apenas de enquadrar os exaltados, dando posse aos eleitos e mantendo as aparências legais. Para nós a luta contra a direita é premissa para a derrubada da própria ditadura. A mobilização popular que devemos fazer para garantir a posse aos eleitos e impedir a nova investida golpista preparará a continuidade da luta e irá desmascarar a "legalidade" de Castelo.

Pela posse aos eleitos!

Pelo voto direto e universal para o povo brasileiro!

Pela revogação dos Ato Institucional!

Libertação dos presos e fim dos IPMs!

Liberdade para as associações de classe!

Abaixo a ditadura!

AS MEDIDAS ECONOMICAS DA DITADURA

O conjunto de medidas anunciadas pelo ditador Castelo Branco provocou uma onda de otimismo em setores da burguesia e de apavoramento em setores reformistas da esquerda. Na realidade, tais medidas simplesmente prosseguem o plano de estabilização monetária do governo. A elevação da taxa de câmbio era necessária para facilitar as exportações e as remessas de lucro e atrair o capital estrangeiro, através de concessões e vantagens. A portaria 71 é mais um instrumento de pressão do governo sobre a indústria do que um instrumento utilizável rigorosamente. O plano de investimentos estatais revela um certo desajuste do orçamento da república, mas não pode ser considerado um poderoso instrumento de desenvolvimento. Na realidade, continuamos numa quadra de depressão, por mais que o governo queira criar um clima psicológico de equilíbrio e tranquilidade. Do ponto de vista dos trabalhadores, apesar dos aumentos conseguidos graças da taxa estabilizada pelo governo, continuamos acentuando as dificuldades devido a deterioração do poder aquisitivo dos salários. Além disso, a partir de janeiro, após a expectativa de vendas criada pelo fim de ano, novas possibilidades de falências e de desemprego se anunciam.

As ilusões criadas pelo governo poderão se converter no futuro numa delusão generalizada. O povo brasileiro acabou compreendendo que uma política de estabilização não pode conduzir rapidamente à tranquilidade econômica e política. Os trabalhadores sentiram na carne, como já o estão sentindo os metalúrgicos diante do apelo dos industriais contra o aumento de 45%, que a burguesia está disposta a faz-los pagar com a fome e o desespero a salvação do capitalismo no Brasil. O nosso papel é estimular os trabalhadores a se organizarem e a se prepararem para se por à frente de todo o povo na luta contra a política de fome que a ditadura impõe ao país.

COLABORE COM

A IMPRENSA REVOLUCIONÁRIA -  
CONTRIBUA, OPINE, DIVULQUE.

A DITADURA E A CONFERENCIA DA OEA

A Conferência da OEA na Guanabara representa um recuo do imperialismo na sua tentativa de organizar imediatamente uma força militar intercontinental. Mas por isto deixa de ser uma preparação para criar este monstro que se arma contra os povos latino-americanos. O governo brasileiro, baluarte da reação latino-americana, tomou para si a tarefa de preparar as condições para organização desta força, ao apresentar o projeto de reforma do conceito de soberania no continente. Ao caracterizar a agressão como um fato ideológico e interno, o ditador Castelo Branco cria as condições jurídicas para a intervenção armada nos países onde se desenvolve um processo revolucionário.

A aplicação de tal princípio na República Dominicana contra um setor liberal da burguesia, assustou vários governos latino-americanos, sobretudo aqueles onde o movimento popular está forte. De maneira significativa, foi a Venezuela, onde o movimento revolucionário se apresenta bastante avançado, aquele país que reagiu mais violentamente contra este princípio, pois ao apoiá-lo se dá máscara totalmente diante de um movimento guerrilheiro que lhe põe os calcaburros.

A forma de enfrentar mais esta ameaça de imperialismo é pela radicalização do processo revolucionário latino-americano, pois não podemos ter nenhuma expectativa de anular as burguesias latino-americanas e jogá-las contra o imperialismo através de uma política reformista que lhes permita manter o controle do movimento de massas. Quanto mais independente e mais ameaçador este se mostrar, mais hesitantes serão estas burguesias, apartadas entre as forças imperialistas e as forças dos trabalhadores nos seus países.

MANIFESTAÇÕES

Apesar da depressão causada pelo 22 Ato, não passou em branco a abertura a realização da Conferência da OEA no Brasil. No dia de sua instalação houve 2 manifestações na Guanabara de intelectuais e estudantes. Em São Paulo, boletins lançados pela Política Operária denunciaram a trama imperialista.

LIBERDADE PARA OS INTELLECTUAIS PRESOS PELA DITADURA !  
CONTRA O ENQUADRAMENTO NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL !